

CASTELOS
DA ORDEM DO
TEMPLO EM
PORTUGAL

Catarina Sofia Domingos

59133

A ORDEM DO TEMPLO

A Ordem do Templo foi fundada em Jerusalém, em 1118 ou 1119, por um grupo de cavaleiros de origem francesa, entre os quais se contavam Hugues de Payens e Godefroy de Saint Omer². Uma década mais tarde recebeu a sua Regra, um texto austero redigido por S. Bernardo e aprovado no Concílio de Troyes, em Janeiro de 1128. A adopção da Regra correspondeu a uma fase de expansão da Ordem pelo Ocidente europeu, quando Hugues de Payens empreendeu uma viagem por diversos reinos procurando novos apoios para a sua causa. É sensivelmente por esta altura que se documenta pela primeira vez a presença dos Templários em Portugal. Na realidade, a primeira notícia que se conhece remonta a 19 de Março de 1128, quando a condessa D. Teresa lhes entregou o castelo de Soure, uma fortificação que se erguia escassos quilómetros a Sul da cidade de Coimbra, na fronteira entre o espaço cristão e o território muçulmano. Conhece-se igualmente o rascunho de uma ampla doação de bens para os Templários, redigido cerca de 1128, que alguns historiadores entenderam que nunca se chegou a concretizar. No entanto, as Inquirições de 1220 e de 1258 revelam que uma parte dos bens mencionados nessa minuta ou rascunho estavam na posse dos Templários na primeira metade do Século XIII, o que parece sugerir que a doação se terá mesmo concretizado. De qualquer forma, podemos afirmar com segurança que os Templários se encontram documentados em Portugal desde a Primavera de 1128. A Ordem do Templo surgiu, portanto, nos derradeiros momentos do Condado Portucalense, quando o espaço do Norte de Portugal ainda estava confiado ao governo de D. Teresa. Esta senhora, filha do rei Afonso VI de Leão e Castela, casara em 1096 com o Conde D. Henrique, filho do Duque da Borgonha, de quem enviudara em 1112. Nesse ano de 1128 o Condado atravessava momentos difíceis. A nobreza portucalense, discordando da crescente influência do nobre galego Fernão Peres de Trava, abandonou a corte condal e tomou o partido de D. Afonso Henriques. A 24 de Junho de 1128, escassos três meses depois das primeiras referências documentais aos Templários, D. Afonso Henriques revoltou-se contra sua mãe e defrontou as forças que lhe eram leais na Batalha de S. Mamede. O resultado dessa batalha, travada junto a Guimarães, foi favorável ao infante D. Afonso Henriques, que foi escolhido para governar o território portucalense. A condessa viu-se obrigada a exilar-se na Galiza, onde morreu em 1130. A Batalha de S. Mamede ficou a assinalar o início do governo de D. Afonso Henriques e foi o acontecimento escolhido pelas fontes medievais para marcar a independência de Portugal⁸. Pouco depois, a 14 de Março de 1129 ou 1130 o jovem monarca assinaria um novo diploma confirmando a posse do castelo de Soure e do seu território pelos Templários.

No início do século XIV surge uma campanha de difamação e de perseguição contra a Ordem do Templo, fomentada pelo rei de França, D. Filipe IV, o que leva o papa Clemente V a ordenar uma inquirição geral em todos os países para avaliação dos bens e comportamentos dos freires. Pela bula *Regnans in ecclesis triumphans*, de 12 de agosto de 1307, convoca os monarcas para o Concílio de Viena, marcado para outubro de 1311, onde se pretendia definir o destino da ordem e dos seus bens. Em janeiro de 1308, pela bula *Callidi serpentis vigil*, o papa ordena a prisão dos freires portugueses e a sua entrega aos juizes eclesiásticos ou ao inquiridor da heresia e, pouco depois, pelas letras *Deus ultiorum dominus*, nomeia o arcebispo de Braga e o bispo do Porto administradores dos bens templários em Portugal.

Entretanto, D. Dinis inicia uma série de medidas políticas centralizadoras, procurando evitar a possível apropriação dos bens dos Templários, por estranhos ou pela Ordem do Hospital, já que, pelo direito positivo da época, os bens de uma ordem religiosa extinta não poderiam regressar ao uso profano ou civil, tendo de ficar na posse da Santa Sé, até esta decidir o seu destino. D. Dinis tentaria, assim, convencer o papa de que os bens dos Templários seriam imprescindíveis para a continuação da cruzada peninsular e provar que as doações régias portuguesas àquela ordem continuaram a pertencer à Coroa, por terem sido dadas para serviço da nação e para o simples usufruto.

Logo em agosto de 1307, o rei reclama a posse de Soure e Idanha com seus termos, acabando as inquirições por transitar para o tribunal, o que impediria a aplicação das providências estipuladas na bula *Deus ultionum Dominus*, de 12 de agosto de 1308. Deste modo, ficam na posse do rei as vilas e os castelos de Ega, de Redinha e de Soure, bem como Pombal, por sentença definitiva de 27 de novembro de 1309, e os bens de Idanha-a-Velha e Salvaterra do Extremo e respectivos termos, em 19 de janeiro de 1310. Outras inquirições se seguirão, nas quais o rei procurará legitimar a posse de alguns territórios, quer à Coroa, quer aos Templários. Por exemplo, em 1317, o papa chega a atribuir ao cardeal Bertrando de Monte Favencio o castelo e a vila de Tomar, em comenda, mas o rei contesta firmemente, demonstrando que fora a Ordem do Templo a primeira a mandar edificar e povoar o castelo.

Paralelamente, D. Dinis alia-se aos reis ibéricos, estabelecendo um pacto-aliança com D. Fernando IV, rei de Leão e Castela, assinado a 21 de janeiro de 1310, e com D. Jaime II, rei de Aragão, datado de 17 de agosto de 1311, comprometendo-se a auxiliarem-se mutuamente, caso o papa pretendesse apoderar-se dos bens dos Templários.

EXTINÇÃO DA ORDEM DO TEMPLO

A Ordem do Templo seria extinta, em 1312, pela bula *Vox clamantis*, datada de 22 de março, e, pela bula *Ad providam*, de 2 de maio. O papa Clemente V transfere todos os seus bens para a Ordem do Hospital, exceto os de Portugal, de Castela, de Aragão e de Maiorca, os quais ficariam na posse interina dos monarcas, até o conselho decidir qual o seu destino. Em 1313, D. Dinis envia uma delegação ao novo papa, João XXII, para negociar os termos e condições da extinção da Ordem do Templo em Portugal, cujo desfecho ocorre em 1319, com

a criação de uma nova ordem militar, a pedido de D. Dinis. De facto, João XXII, pela bula *Ad ea ex quibus*, de 14 de março, institui a Ordem dos Cavaleiros de Cristo, ou a Ordem de Cristo, como sucedânea da Ordem do Templo, sujeita à visitação espiritual do abade de Alcobaça e com sede no Castelo de Castro Marim, na diocese de Silves, transferindo-se, depois de 1366, para Tomar.

A 24 de junho do mesmo ano, D. Dinis transfere para a Ordem de Cristo as vilas, castelos e lugares de Soure, de Pombal, de Ega e de Redinha, na Estremadura, e as de Idanha-a-Nova e de Idanha-a-Velha, bem como de Salvaterra, de Segura, de Proença-a-Velha e de Rosmaninhal, na Beira Baixa. O monarca justifica que tais lugares e castelos haviam sido ganhos pelo procurador da Coroa, em causa forense antiga, contra o mestre e os freires da Ordem do Templo, no tempo em que durou a (...) *demanda e outorvação e dezasocego a dita Ordem tal porque foy desfeita (...)*, procurando assim corrigir a injustiça levada a cabo contra (...) *Deos e direyto e verdadeyra consciência (...)*. A ordem receberia também no seu

DEFINIÇÃO DE CASTELO

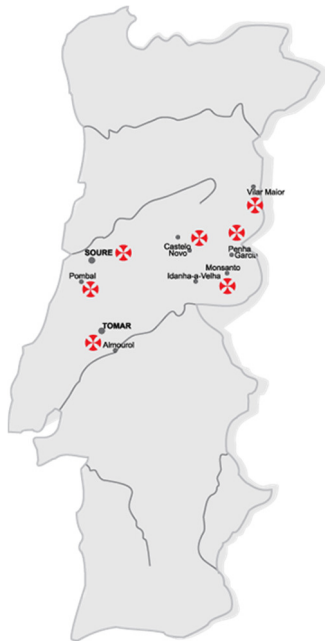
Poder-se-á definir a tipologia castelo, na arquitetura militar, como uma construção medieval fortificada integrando variados edifícios defendidos por muralhas, torreões, fossos, barbacãs, albarrãs, com um ou mais recintos interiores destinados exclusivamente a fins militares estratégicos ou a servir de residência fortificada de um nobre. Devido à sua localização, normalmente em zonas altas, servia de proteção às populações envolventes. Os castelos ibéricos pertencendo maioritariamente aos reis, com o objetivo da defesa dos diferentes reinos, tinham uma função defensiva mais que habitacional, ao contrário do que acontecia no resto da Europa. Segundo António Pires Nunes (2005, pp.74-79) poderemos descrever duas conceções funcionais de castelos: - O castelo estratégico e o castelo Ibérico; "Castelo estratégico: castelo incluído no conceito de defesa militar ativa de um território formulado por quem o podia fazer. Em geral, só o rei definia a estratégia de defesa e a concretizava, mas ela podia ser parcialmente delegada." "Castelo Ibérico: castelo inspirado na alcáçova árabe (...) recinto fortificado, cercado de altas muralhas ameadas, onde, de espaço a espaço, se erguem torreões ameados, alguns com funções específicas, localizado em posição estratégica e topográfica propícia à resistência (em princípio, em lugares altos), à observação, à proteção das populações vizinhas, que nele se refugiavam, ou à proteção de um sítio ou povoação."

O castelo ibérico cristão tinha normalmente dois pátios desnivelados e por vezes, três, resultando, neste caso, mais compartimentada a sua disposição, como é o caso do Castelo de Almourol. No pátio baixo, correspondente ao albacar da alcáçova árabe, onde se recolhia a população com os seus haveres e gado, havia vários edifícios comunais, como o forno, o moinho, a frágua, a carpintaria, etc, além de ser bairro oficial e militar com residências. O pátio de armas era frequentemente uma parte deste recinto. O pátio acima deste era destinado ao alcaide ou ao senhor e à sua família que habitava num edifício conhecido por palácio do alcaide ou alcaidaria no primeiro caso ou simplesmente por paço, no segundo. Mais acima podia haver ainda um terceiro pátio só com a torre de menagem, de introdução cristã, que constituía o último reduto de defesa. O castelo ibérico era uma verdadeira cidadela dominando, muitas vezes, uma povoação que ele próprio gerou e que acabou também por ser cercada por muralhas e veio a adquirir interesse militar.

Os castelos construídos sob o domínio dos Templários tinham as seguintes características arquitetónicas:

Eram espaços de planta quadrangular, muralhas elevadas, reforçadas por torres adossadas, Tinham 9 torres e uma mais alta e na janela virada a nascente uma cruz dos templários e dominadas por uma torre de menagem

A fundação da Ordem do Templo remonta a 1118 ou 1119, em Jerusalém por Hueves de Payens, Godefroy de Saint-Omer, com o aval do então rei de Jerusalém, Balduíno II. Em Portugal estão documentados uma década depois. É através da doação do castelo de Soure por D.Teresa aos templários em meados de março de 1128 que chega o primeiro testemunho de actividade templária em Portugal. Nesta época, o que era doado aos templários era uma zona destruída por eventos recentes, mal povoada e a necessitar de estruturas defensivas visto tratar-se de um local instável e de fronteira.



Gualdim Pais

Locais de atividade Templária em Portugal.

Alguns dos castelos Templários- como é o caso de Soure e de Longrovia- já existiam antes de terem sido doados aos Templários e os freires limitaram se a reforma a sua arquitectura, melhorando as condições de defesa. Outros , como os castelos de Tomar, Pombal e Almourol foram construídos de raiz e os Templários aplicaram aqui os seus conhecimentos de arquitectura militar, revelando como estavam a par das mais recentes experiencias. A Ordem do Templo seria, de resto, responsável pela introdução de varias inovações na arquitectura militar portuguesa ao longo do Sec XII .

CASTELO DE ALMOUROL

O Castelo de Almourol assenta sobre uma ilha rochosa e ocupa a quase totalidade da mesma.



Tem uma área de 1674 m² e uma planta que se adapta à topografia local, de forma sábia, com um contorno irregular. É notória a intenção de, sempre que possível, regularizar o perímetro, adotando troços de muralha retilíneos, com inflexões assinaladas por 10 torreões de planta circular, propícios ao tiro

flanqueado. No seu interior apresenta um espaço compartimentado, aproveitando a diferença de cotas dos afloramentos rochosos para definir duas áreas distintas, um pátio inferior e um pátio superior. Ao passar a porta de entrada do Castelo, flanqueada por dois torreões circulares (figura A) acede-se ao pátio inferior, isolado da Torre de Menagem.



Figura A

Uma placa epigráfica, colocada sobre o portão principal, dá conta do início das suas obras, em 1171, dois anos após a conclusão do Castelo de Tomar.



Nessa placa está implícita a ação militar de Gualdim Pais contra os muçulmanos no Egito e na Síria e a sua ascensão à chefia da Ordem do Templo em Portugal, assim como a subsequente construção dos castelos de Pombal, Tomar, Zêzere, Cardiga e Almourol (...factus domus Templi Portugalis procurator, hoc construxit castrum Palumbare, Tomar, Ozezar, Cardig, et hoc ad Almourol), evidenciando a já iniciada construção do castelo de Almourol. Também nesse ano estavam os templários igualmente empenhados na construção da torre de menagem do castelo de Pombal o que explica a existência de inscrições muito semelhantes nos dois castelos.

Ao passar por uma muralha interna acedemos ao pátio superior. Todo o espaço interior de forma a que, mesmo que o inimigo tenha ultrapassado a primeira porta não tivesse acesso a toda a estrutura do castelo, mas apenas a uma parte inferior que era facilmente atingida pelo fogo através de planos superiores.

No extremo oposto à porta de entrada, encontra-se a segunda porta do Castelo que permite o acesso ao pátio superior. Estas duas portas, uma interior e uma exterior, coroadas por inscrições datadas de 1171, ano em que a estrutura castelar é contruída, destacam a importância que D. Gualdim Pais teve nesta construção.



Porta interior de acesso ao pátio superior.

Como era normal em todos castelos medievais, o Castelo de Almourol é dotado de um Adarve, ou caminho de ronda, no alto das muralhas. Curiosamente, em Almourol aparece não um, mas dois caminhos de ronda autónomos. O primeiro ao longo do Adarve da muralha exterior sobre o recinto inferior, onde as sentinelas percorriam pequenos troços retilíneos entre os torreões.



Caminho de ronda, ou Alarve, sobre o pátio inferior.

Um segundo caminho de ronda no topo da espessura dos muros superiores, este com duplo parapeito.



Vista interior do Adarve com duplo parapeito. b) Vista superior, à esquerda, do Adarve com duplo parapeito.

Importa referir que um Adarve, ou caminho de ronda, caracteriza-se por se apoiar na secção das muralhas e por apresentar um parapeito, coroado por merlões ou ameias na face exterior do muro. No Castelo de Almourol o Adarve obedece a este esquema mais comum, em grande parte do seu percurso, exceção feita nas duas extremidades do circuito inferior, ou seja, sobre a porta

de entrada e sobre a extremidade oposta a esta, onde se encontram pequenos troços de Adarve que correm à cota do circuito superior, proporcionando grandes desníveis em relação ao Adarve inferior, adotando um duplo parapeito. O muro apresenta Ameias em ambas as faces, formando um tipo de couraça que permite o acesso a um ponto afastado, munida de um duplo parapeito.

CASTELO DE TOMAR

O Castelo de Tomar começou a ser erguido a 1 de março de 1160 em 1169 estava concluído. Pouco depois, cerca de 1175 os Templários começaram a construir a Charola de Tomar, um dos raros exemplos de uma igreja românica portuguesa de planta centrada. A construção da Charola românica seguiu o modelo de arquitectura do Santo Sepulcro e prolongou-se desde 1175 até 1190, tendo sido interrompida com o grande cerco levantado ao castelo de Tomar por Abu Yaquub Yucuf, em 1190.

Sendo este castelo concebido para albergar a sede militar da ordem, era natural que a sua arquitetura militar fosse muito cuidada, tanto mais que a sua implantação se encontrava em pleno espaço de fronteira. O castelo de Tomar foi concebido segundo um modelo de fortificação típico do sul que contempla, na conclusão da sua fase inicial, uma almedina, o pátio e uma alcáçova, já distante da até então estrutura muralhada com pátio de dimensões exíguas, habituais nos castelos cristãos do norte senhorial.

O castelo apresenta elementos de arquitectura militar nos estilos românico, gótico e renascentista. Alguns autores apontam a presença de vestígios indicativos de uma estrutura militar anterior, que poderia remontar à época romana e que teria perdurado até à época islâmica, referindo a presença, no aparelho dos muros, de algumas placas decorativas, de cronologia visigótica ou moçárabe, provavelmente oriundas do sítio de Santa Maria dos Olivais, à margem esquerda do rio Nabão.

É composto por uma dupla cintura de muralhas, que delimitavam o primitivo burgo intramuros e a praça de armas:

uma num plano superior, de planta poligonal irregular, com algumas faces curvas, nascendo junto à entrada da Casa do Capítulo e terminando na Torre de Dona Catarina. Delimita a Alcáçova e mantém apenas a cisterna e a Torre de Menagem no seu interior, figura defensiva introduzida em Portugal pelos Templários e que tem, aqui, o seu testemunho mais antigo;

outra num plano inferior, ligando a fachada Leste da Charola à zona Sul da Alcáçova, que correspondia à vila fortificada da Baixa Idade Média. Também apresenta planta poligonal irregular, desenvolvendo-se em cunha no sentido

leste, rematada numa grande torre de planta quadrangular, denominada Torre da Rainha. Esta cintura incorpora um alambor, este introduzido como técnica defensiva, em Portugal, pelos Templários. Consiste no embasamento dos muros em rampas, destinadas a impedir a aproximação das torres de assalto e a dificultar os trabalhos de sapa e mina, bem como a eliminar ângulos mortos na base das muralhas, tendo sido empregado em Tomar circundando toda a muralha.

O alambor de Tomar, erguido cerca de 1160-1169, também utilizado pela primeira vez em Portugal pelos Templários, não na Torre de Menagem mas na muralha exterior, é o mais extraordinário exemplo, em Portugal, do uso desta solução rampeada na base dos muros, que impedia a aproximação do inimigo, evitando o escalonamento dos muros e a utilização de máquinas de guerra.



Perspetiva do alambor das muralhas

Essas muralhas eram reforçadas a espaços regulares por cubelos de plantas semi-circular e quadrangular, na tipologia importada pelos Templários do Oriente, que a ele recorreram na Terra Santa na fortificação de Saphyum, que seguia o desenho da Fortaleza dos Cavaleiros Hospitalários, em Hom.

Ingressando pela Porta de Santiago e ultrapassando-se a Porta do Sol surgem, à direita, a Alcáçova e a Torre de Menagem. Abre-se então o terreiro que vai dar à Charola. Para Sudoeste, outro terreiro, rematado pela Torre de Dona Catarina. A muralha prossegue, amparada em torreões, até à Porta do Sangue e à Torre da Condessa. Para o Norte, observam-se outras torres com plantas em diversos feitios. Ultrapassada a Charola, abre-se a Porta de São Martinho, inflectindo a muralha, sempre amparada por torres e cubelos, de novo em direcção à alcáçova.

Apesar das múltiplas alterações que tiveram lugar no recinto fortificado ao longo dos séculos, a maior parte delas relacionada com as sucessivas campanhas de alargamento do Convento de Cristo no sector Oeste, são ainda numerosos e significativos os elementos românicos do castelo. Entre eles destaca-se a Torre de Menagem, com planta no formato rectangular dividida internamente em três pavimentos. No segundo pavimento encontra-se uma inscrição em latim, repetida na lápide comemorativa do cerco muçulmano de 13 de Julho de 1190 na escadaria que leva ao terreiro da Charola, informando ao visitante:



Castelo de Tomar - vista a partir da torre de menagem



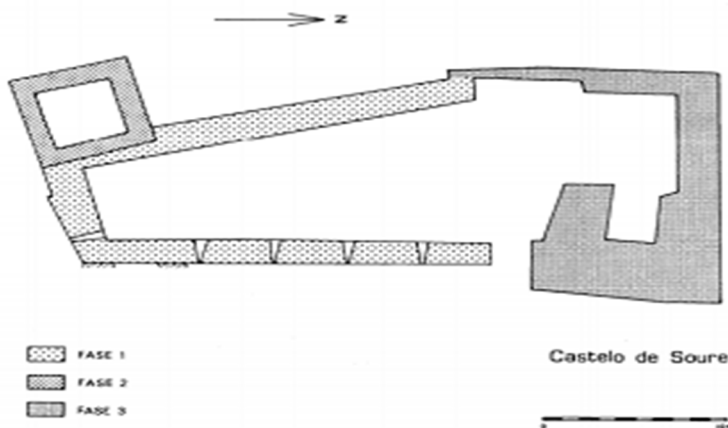
Castelo de Tomar – Torre de Menagem

CASTELO DE SOURE

O castelo de Soure, até 1147, foi um ponto estratégico importante na defesa de um dos acessos a Coimbra (a sul) e a Montemor-o-Velho, no que diz respeito ao itinerário já existente da antiga via romana Olisipo-Bracara. Numa primeira fase, o castelo de Soure incluía uma estrutura de planta sub-retangular, sem torreões ou cubelos, com uma porta ampla ao nível do rés-do-chão e quatro frestas rasgadas na parede leste e uma na parede sul, conferindo um perfil militar à estrutura.

No primeiro piso são visíveis vestígios de um andar nobre assente em piso sobrado. Estão presentes ainda nas paredes, 4 ajimezes, proto românicos com os arcos geminados ornamentados com friso de pontas de diamante, estilo da segunda metade do séc. XII. Uma segunda fase de obras ocorreu quando Soure foi a casa mãe dos templários em Portugal. Nesta fase foram construídas duas torres, dando equilíbrio e simetria à planta quadrada, flanqueando a parede mais desprotegida a sul. Já numa terceira fase, que deverá ser do terceiro ou quarto quartel do séc. XII, surge a torre de menagem com planta

sub-retangular erguida no topo norte do castelo



Fases de construção do Castelo de Soure

O acesso a Coimbra que passava pela Ladeia, mais interior, era defendido por outras fortificações, nomeadamente pelos castelos de Penela, Rabaçal e Miranda do Corvo

Seria em Soure o primeiro aparecimento do alambor, na base da torre de menagem (figura b), que consiste numa base reforçada por uma estrutura pétrea inclinada em rampa, conferindo à torre uma base mais alargada, mais estável e mais resistente, dificultando o assalto dos seus muros, que apenas assumem a vertical ao nível do primeiro piso.



Figura b. Torre de menagem e muralhas do Castelo de Soure.

Esta novidade arquitetónica, introduzida em Portugal pelos Templários na segunda metade do séc. XII, encontra-se ainda hoje visível nesta torre de menagem em Soure apenas nas suas faces leste e sul, mas é provável que se estendesse pelas quatro faces.

É consensual a ideia que a fonte de inspiração do alambor deverá ter sido trazida por D. Gualdim Pais da arquitetura militar dos cruzados, no Próximo Oriente, quer no Reino de Jerusalém, quer no Condado de Trípoli, no Principado de Antioquia e no Condado de Edessa.

A utilização do alambor, provavelmente devido aos elevados custos que acarretava, apareceu em poucas construções militares no nosso país, entre as quais se destacam, além do existente no castelo de Soure: -na muralha exterior do castelo de Tomar, erguida entre 1160 e 1169



Alambor do Castelo de Tomar

CASTELO DE LONGROVIA

Quando em 1145 D. Fernão Mendes de Bragança entregou o Castelo de Longroiva à ordem dos templários, governada na altura por D. Hugo de Martónio, esta apresentava uma planta trapezoidal com quatro lados de um circuito muralhado e a meio da face menor, uma única entrada. É provável que parte desta muralha já existisse na altura em que o castelo passou para as mãos dos templários em 1145. Este castelo de Longroiva, de defesa passiva, apresenta uma arquitetura militar, românica e gótica. Só passados cerca de 30 anos, em 1174, seria introduzida por D. Gualdim Pais uma mudança significativa na estrutura primitiva, a torre de menagem. Este feito foi, por ele, assinalado com uma inscrição:

"[in e]RA : M CC : II MAGISTER GALDINus : CONDUTOR : PORTUGALENSIUM . MILITUM . TEMPLI . REGNA[nt]E ALFO(n)SO : PORTUGALE(n)SIUm REG(e) CUM . MILITIBUS . SUIs . EDIFICAVIT HANC . TURRIS".

Traduzido do Latim: "[E]RA: 1000 200: 2 Mestre Galdino: Condução: Portugalensis. Tropas. Temple. Reino do homem [NT] E alfo (n) para: Portugal (n) sium REG (e) fazer. Milícia. Homens. Nós construímos. torre "

Esta torre de menagem apresenta uma planta retangular, com duas cisternas, frestas em arco reto, merlões de face retangular, seteiras cruciformes possuindo a heráldica como denunciam os encaixes talhados nos silhares onde este se apoiava, o que a torna o primeiro exemplar da arquitetura militar portuguesa a adotar este sistema. A porta da cidadela é em arco pleno e a porta da torre em arco quebrado ao nível do 2º registo, algo semelhante ao castelo de Pombal. O recinto muralhado é transformado em cemitério, revela ausência de merlões e adarve na muralha; vestígios de adocamento à torre de menagem;



Castelo de Longroiva

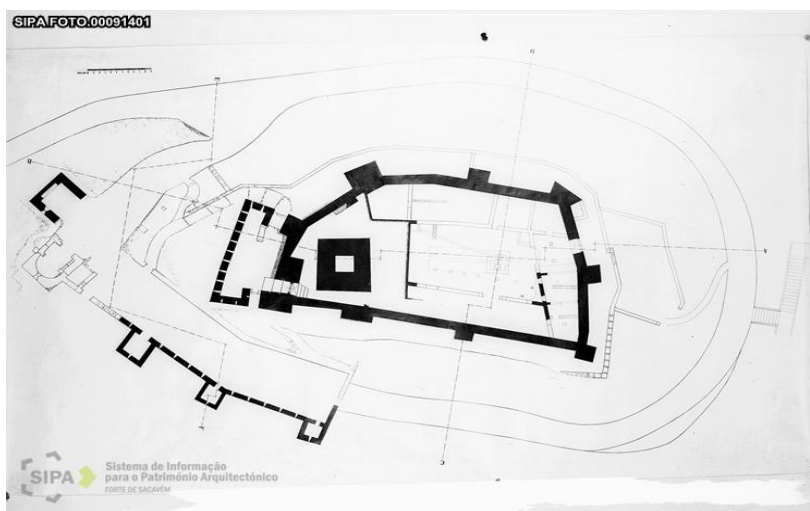
Erguido na cota mais alta do terreno, onde ocupa uma área de 555 hectares, o castelo apresenta planta trapezoidal com traços do estilo românico e gótico. A sua muralha encontra-se bastante degradada, sem apresentar merlões nem adarve.

CASTELO DE POMBAL

O Castelo de Pombal localiza-se na freguesia, cidade e concelho de Pombal, distrito de Leiria. Em posição dominante sobre um maciço rochoso à margem do rio Arunca, este castelo templário teve um importante papel na defesa da região quando da afirmação da nacionalidade e, posteriormente, na consolidação do condado. A primitiva ocupação humana do seu sítio remonta a uma fortificação romana, posteriormente ocupada por muçulmanos, conforme testemunhos arqueológicos recuperados no morro do castelo. Consta, na tradição local, que a primitiva igreja de São Pedro, já demolida, foi erguida pelos Godos. Embora a data correta da construção do castelo seja desconhecida, os estudiosos admitem que terá ocorrido juntamente com outros, à época da Reconquista cristã, no século XII, durante o reinado de D. Afonso Henriques (1112-1185), cerca de 1156, data do Foral da Redinha - que compreende cláusula de pagar-se o aforamento como o das terras de Pombal ("per forum terrae palumbarii") -, e 1171 ("era de 1209"), conforme inscrição epigráfica dessa data em Almourol, que refere a construção de uma série de castelos, entre os quais o de Pombal, por Gualdim Pais, (filho de Paio Ramires) então Mestre da Ordem dos Templários em Portugal. O Castelo de Pombal obedece às mesmas linhas arquitetónicas características dos templários, presentes no de Almourol e nos de Idanha, Monsanto, Tomar e Zêzere, seus contemporâneos. O castelo era constituído por uma ampla muralha, flanqueada por nove torreões de planta retangular semelhante à alcáçova do Castelo de Tomar, com uma área construída de cerca de 300 m². As muralhas ameadas e percorridas por adarve, eram reforçadas originalmente por dez cubelos quadrangulares, protegidas por barbacã, da qual restam vestígios junto às duas portas, e por uma cintura exterior de muralhas.



No seu interior foram construídos uns Paços destinados ao mestre do templo como atesta a carta de procuração do concelho de Pombal às cortes de 1383 "...dentro do castelo da dicta vila [de Pombal] nos Paaços um de pouso o mestre de christos...". Não é conhecida, na sua construção inicial em 1156, a presença de uma torre de menagem, que hoje se pode admirar. Esta torre foi erguida em 1171 como atesta a inscrição que foi levada para o Convento de Cristo por ordem do Infante D. Henrique. Descentrada a sul, a torre de menagem, com planta quadrangular, tem dois contrafortes que a faz parecer muito larga e pouco alta, refletindo as dificuldades construtivas com que os freires se debateram, nomeadamente ao nível da estabilidade, porém quando analisada ao pormenor verifica-se que as suas dimensões não estão desenquadradas das praticadas na segunda metade do séc. XII.



Outro facto digno de registo no castelo de Pombal, é a presença do alambor existente na torre de menagem. O alambor está presente nas quatro faces da torre embora, devido à presença dos contrafortes, seja menos visível na face principal. A torre de menagem de Pombal foi erguida junto à porta de entrada do castelo, que seria um complemento à sua defesa. Simultaneamente foi feita uma reformulação do sistema defensivo no acesso ao interior da fortificação com a introdução de um alambor na muralha exterior à esquerda da porta de entrada. Nesta reforma, foi acrescentado em frente à porta de entrada, um corpo defensivo mais baixo munido de seteiras estribadas. Trata-se de mais um exemplo da modernidade e inovação introduzidos em Pombal. A oeste do conjunto, ergue-se a alcáçova manuelina, destacando-se os brasões de armas reais e uma janela geminada. Fora dos muros, pelo lado sul, situam-se as ruínas da antiga matriz de Pombal, a Igreja de Santa Maria do Castelo. A função deste conjunto era a de prover a defesa e o povoamento destas terras, ao sul do rio Mondego, confiadas à Ordem. Gualdim Pais outorgou Carta de Foral a Pombal, em 1174, povoação que se desenvolveu na encosta Sul do morro do castelo, onde se encontravam o portão principal e as igrejas de Santa Maria do Castelo e de São Pedro, esta última já demolida. A conclusão da primeira fase do castelo de Pombal coincidiu com um dos momentos mais marcantes do trajeto da ordem do templo em Portugal – a doação de Ceras em fevereiro de 1159, na sequência do acordo sobre o Eclesiástico de Santarém e da decisão tomada por D. Gualdim Pais de erguer o castelo de Tomar a 1 de março de 1160. Embora historicamente o castelo de Pombal não tenha estado diretamente envolvido em campanhas maiores, terá estado em alerta quando da contra-ofensiva muçulmana que, em 1171, atacou Santarém e, atravessando a região do Alto Alentejo, assolou Coruche e Abrantes (1179), a de 1184, que de novo teve como alvo Santarém, e a de 1190, que atacou Tomar e arrasou Leiria.



Castelo de Pombal

CASTELO DE IDANHA

O Castelo de Idanha na freguesia e concelho de Idanha localizados no Distrito de Castelo Branco. A povoação de Idanha-a-Nova ergue-se ao longo de uma elevação e é banhada pelo rio Pônsul.

Sob o reinado de D. Afonso Henriques (1112-1185), o património fundiário da Ordem dos Templários estendeu-se até à Beira Baixa, com a doação de Idanha-a-Velha e de Monsanto, a D. Gualdim Pais, 6º Mestre da Ordem em Portugal, conforme Carta de Doação passada pelo soberano em 30 de Novembro de 1165: "Afonso, notável rei do Condado Portucalense, filho de Henrique e da Rainha D. Teresa e neto do grande e ilustríssimo Imperador de Espanha, por nós ao mestre Galdino e a todos os Irmãos da Ordem dos Templários que estão no meu reino, faço uma vasta e fortíssima doação da região da Idanha[-a-Velha] e de Monsanto com os limites: Seguindo o curso da água do rio Erges e entre o meu reino e o de "Legiones" até entrar no [rio] Tejo e da outra parte seguindo o curso da água do [rio] Zêzere que igualmente entra no Tejo (...)."

Posteriormente, seu filho e sucessor, D. Sancho I (1185-1211), em 1197, confirmou a doação de Idanha-a-Velha ao 7º Mestre da Ordem, D. Lopo Fernandes, que complementou, em 1199, com a doação da Herdade da Açafa. Constituiu-se assim um vasto domínio que se estendia do termo de Idanha até ao de Belver. Para a defesa deste trecho da raia, a partir de 1187 foi erguido, sobre uma escarpa na margem direita do rio, um castelo pelos cavaleiros da Ordem dos Templários, sob a direção do Mestre D. Gualdim Pais. A sua estrutura obedece às mesmas linhas arquitetónicas características dos templários, nos castelos de Almourol, Monsanto, Pombal, Tomar e Zêzere, seus contemporâneos. Visando o seu povoamento e o reforço de sua defesa, o rei D. Sancho I (1185-1211) outorgou-lhe Carta de Foral (1201), tendo feito a doação dos seus domínios à Ordem do Templo



Ruínas do antigo Castelo Medieval de Idanha.

O seu sucessor, D. Afonso II (1211-1223), confirmou esta doação e o foral (1229), rebatizando a povoação com a atual toponímia (Idanha-a-Nova), para

distingui-la antiga Idanha (doravante Idanha-a-Velha), a Civitas Igaeditanorum romana, Egitânia dos Suevos e Visigodos, Eydaia dos Muçulmanos, a dezoito quilômetros de distância.

A vila de Idanha-a-Nova desenvolveu-se bastante desde então, ao mesmo tempo em que Idanha-a-Velha entrava em progressiva decadência. Em fins do século XV, D. Manuel I (1495-1521), admirou-se com a diferença do desenvolvimento das duas Idanhas (1496) e, em Junho de 1510, reconhecendo o progresso de Idanha-a-Nova, concedeu-lhe Foral Novo. Nesta época, a povoação e seu castelo encontram-se figurados por Duarte de Armas (Livro das Fortalezas, c. 1509). Atualmente as ruínas do antigo castelo medieval constituem uma das atrações turísticas municipais.

CASTELO DE MONSANTO

O Castelo de Monsanto, na Beira Baixa, localiza-se na freguesia e povoação de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova, distrito de Castelo Branco. No topo granítico do monte de Monsanto, à margem direita do rio Pônsul este castelo raiano medieval domina a Aldeia Histórica, conjunto arquitetónico no qual se destacam algumas casas senhoriais brasonadas e templos, como as ruínas da Capela de São Miguel em estilo românico. Pouco se conhece acerca da primitiva ocupação de seu sítio. Embora tradicionalmente seja remontada a um castro pré-histórico, posteriormente romanizado, além da villa de São Lourenço, no sopé do monte, nenhum outro vestígio corrobora uma ocupação pré-medieval.

À época da Reconquista cristã da península Ibérica, D. Afonso Henriques (1112-1185) assenhoreou-se desta região, onde se estabeleceu a fronteira com o reino de Leão e com os Almóadas. Para guardá-la, os domínios de Idanha-a-Velha e Monsanto foram doados aos cavaleiros da Ordem dos Templários com a responsabilidade de os repovoar e defender:

"Afonso, notável rei do Condado Portucalense, filho de Henrique e da Rainha D. Teresa e neto do grande e ilustríssimo Imperador de Espanha, por nós ao mestre Galdino e a todos os Irmãos da Ordem dos Templários que estão no meu reino, faço uma vasta e fortíssima doação da região da Idanha[-a-Velha] e de Monsanto com os limites: Seguindo o curso da água do rio Erges e entre o meu reino e o de 'Legiones' até entrar no [rio] Tejo e da outra parte seguindo o curso da água do [rio] Zêzere que igualmente entra no Tejo (...)". (Carta de Doação, em 30 de Novembro de 1165)



Castelo de Monsanto, aspecto do interior.

Este monumento obedecia originalmente às mesmas linhas arquitetónicas características dos templários, nos castelos de Almourol, Idanha, Pombal, Tomar e Zêzere, seus contemporâneos.

Erguido na cota de 758 metros acima do nível do mar, apresentava planta poligonal orgânica (adaptada ao terreno), com muralhas reforçadas por diversas torres quadrangulares, percorridas na sua extensão por adarves protegidos por parapeitos ameados. Os muros delimitavam dois recintos em diferentes planos:

- O interno, de planta retangular, correspondente à alcáçova;
- O externo, de planta ovalada, demarcado pela cerca da vila. Da estrutura figurada por Duarte de Armas (figura 44), pouco restou: descentrada na praça de armas, ergue-se a torre de menagem, denominada localmente como Torre da Atalaia ou Torre do Pião.

Nesse recinto existe ainda a cisterna, as escadas de acesso ao adarve e as ruínas da Capela de Nossa Senhora do Castelo (remodelada ao final do século XVII)

Externamente, erguem-se as duas cortinas defensivas (modernizadas no século XVII). Destaca-se, por fim, a Torre do Relógio (Torre de Lucano), torre sineira, de planta quadrangular, onde foi colocada uma réplica do Galo de Prata troféu atribuído quando da classificação de Monsanto como Aldeia mais portuguesa de Portugal em 1938.



Vista aérea do Castelo de Monsanto

Externamente, erguem-se as duas cortinas defensivas (modernizadas no século XVII). Destaca-se, por fim, a Torre do Relógio (Torre de Lucano), torre sineira, de planta quadrangular, onde foi colocada uma réplica do Galo de Prata troféu atribuído quando da classificação de Monsanto como Aldeia mais portuguesa de Portugal em 1938.



Castelo de Monsanto.

Para além dos castelos identificados, a linha de defesa da Ordem do Templo era composta e complementada com inúmeras **atalaias**, que interligavam os castelos, ajudando a manter as comunicações entre eles e facilitando a sua defesa. Grande parte dessas atalaias já desapareceu, subsistindo apenas a sua memória documental, como a de Pias (1160), a que se implantava a norte do Castelo de Penha Garcia e a atalaia que ficava junto à vila de Penamacor, ou o seu nome na toponímia da povoação desenvolvida sob a sua proteção, como aconteceu em Atalaia, construída entre Tomar e Almourol, na margem direita do Zêzere. Alguns documentos chegam a definir a manutenção destas estruturas,

como, por exemplo, o foral concedido a Tomar, no qual se estabelece que as atalaias, durante metade do ano, ficavam sob a responsabilidade dos freires templários e, na outra metade, seriam asseguradas pelos habitantes da vila.

Algumas atalaias seriam ainda documentadas por volta de 1945, por João de Almeida, como as que interligavam os castelos de Segura e de Salvaterra, ou o de Nisa e de Montalvão (Castelos já desaparecidos) tendo desaparecido posteriormente. De outras subsistem apenas os seus alicerces, como a atalaia junto ao Castelo de Monsanto, ou panos de muro, como a Torre do Langanhão ou de Murta, em Ferreira do Zêzere (v. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3373), ou a atalaia existente junto à margem do rio Erges, frente ao Castelo de Peñafiel.

Um dos melhores exemplos será, sem dúvida, a Torre de Dornes, possivelmente construída no início do século XIII, pela ordem, sobre estruturas romanas e remodelada no século XVI, para colocação dos sinos do concelho. Tem planta pentagonal, planimetria invulgar para as torres defensivas medievais, e paramentos apurados, evoluindo em dois pisos (http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3361).

CONCLUSÃO

Foram abordados, neste trabalho, vários exemplos de castelos com traços arquitetónicos próprios dos Templários. São várias as inovações arquitetónicas militares introduzidas por esta ordem militar em Portugal. **As muralhas altas protegidas por torres circulares, o alambor, a couraça ou adarve com duplo parapeito, a torre de menagem dominante no interior das muralhas, o cadafalso ou hurdício** tudo inovações que se tornaram muito importantes na defesa e reconquista do território de Portugal.

É vasto o legado arquitetónico militar deixado pelos Templários, tornando-se muito importante a sua preservação no presente e com linhas orientadoras para o futuro.

A Ordem do Templo assumiu um papel de grande importância na conquista e na consolidação de parte do território nacional, na evolução da arquitetura militar e na defesa do reino, especialmente nos séculos XII e XIII.

Detentora de profundos conhecimentos das táticas de guerra e da arquitetura militar, fruto do contacto com as fortificações do Próximo Oriente, nomeadamente por parte do mestre Gualdim

Pais, a Ordem do Templo manifestará nos castelos construídos toda a sua mestria, sendo responsáveis, segundo Mário Barroca, pelos castelos mais sofisticados ao longo do século XII. O papel da Ordem do Templo na história nacional e a caracterização das suas construções arquitetónicas não se esgotam neste breve inventário temático sobre os Castelos da Ordem do Templo em Portugal. Pelo contrário, é mais uma súpula das principais doações recebidas, nas quais a ordem irá (re)construir castelos, que se procuram caracterizar brevemente na estrutura mais próxima da sua "fase templária", apontando, sempre que possível, os aspetos inovadores introduzidos pela ordem. É também um ponto de partida para ensaios mais profundos, com base em estudos parcelares monográficos, que possam clarificar os aspetos mais obscuros da evolução histórica e arquitetónica de certos castelos, sobretudo os mais tardios, os mais destruídos ou até mesmo inexistentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, João - Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses. Lisboa: Império, 1945;
- ARMAS, Duarte de – Livro das Fortalezas. Fac-simile do MS. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa: Patrocínio da Academia Portuguesa de História; edições Inapa, 1997;
- BARROCA, Mário Jorge - «A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do século XII». In *Portvgália*. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 1997, nova série, vol. XVII-XVIII, pp. 171-209;
- BARROCA, Mário Jorge - «Arquitectura Militar». In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol. 2, pp. 95-121;
- BARROCA, Mário Jorge - «D. Dinis e Arquitectura Militar Portuguesa». In *Revista da Faculdade de Letras História*. Porto: Universidade do Porto, 1998, 2ª série, vol. XV, Tomo I, pp. 801-822;
- BARROCA, Mário Jorge - «Da Reconquista a D. Dinis». In *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: 2003, vol. I, pp. 21-161;
- BARROCA, Mário Jorge - «De Miranda do Douro ao Sabugal – Arquitectura Militar e Testemunhos Arqueológicos Medievais num Espaço de Fronteira». In *Portvgália. Nova Série*. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2008 – 2009, vol. XXIX - XXX, pp. 193-252;
- BARROCA, Mário - «Do castelo da Reconquista ao castelo Românico (Séc. IX a XII)». In *Portvgália*. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras; Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 1990 – 1991, vol. XI - XII;
- BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1995, vol. 2, tomo 1;
- BARROCA, Mário Jorge - «*Os Castelos dos Templários em Portugal e a organização da defesa do Reino no séc XII*». ([file:///C:/Users/apnoe/Downloads/188818-254786-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/apnoe/Downloads/188818-254786-1-PB%20(2).pdf)), pp. 213-227;
- COELHO, P. M. Laranjo - «As Ordens de Cavalaria no Alto Alentejo: I – Comendas da Ordem de Cristo». In *Archeologo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1924, vol. XXVI, pp. 186-248;
- FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa – *A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção)*. Dissertação de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: texto policopiado, 2009;